



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 12 de Fevereiro de 2019
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIII

Nº 1598



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECOMENDAÇÃO 01/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Promotor de Justiça adiante assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 67, inciso VI da Lei Complementar Estadual nº 34/94, bem como pelo artigo 201, inciso VIII e § 5º, alínea "c", da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis das crianças e adolescentes, nos termos do art. 127 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 227, *caput*, e a Lei 8.069/90, artigo 4º, estabelecem que devem ser assegurados com absoluta prioridade os direitos fundamentais inerentes à infância e à adolescência, entre eles o direito à educação;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, art. 54, inciso VII, da Lei nº 8.069/90 e os arts. 4º, VIII, 10, VII e 11, VI da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares, entre eles o de transporte escolar;

CONSIDERANDO que o transporte escolar gratuito, além de possuir papel fundamental na viabilização do acesso e da permanência dos estudantes nas escolas, é serviço

¹ A interpretação desse artigo deve ser ajustada aos ditames da nova redação do artigo 208, *caput*, da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliou a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica.

público essencial e ininterrupto a ser ofertado pelos estados e municípios ao aluno regularmente matriculado na educação básica da rede pública de ensino, através da sua condução, no percurso de ida e volta, até a escola;

CONSIDERANDO que a educação é direito fundamental de natureza indisponível, conforme reconheceu o Supremo Tribunal Federal ao interpretar o artigo 205 da Constituição Federal: *"A educação é um direito fundamental e indisponível dos indivíduos. É dever do Estado propiciar meios que viabilizem o seu exercício. Dever a ele imposto pelo preceito veiculado pelo artigo 205 da Constituição do Brasil. A omissão da administração importa afronta à Constituição."* (RE 594.018-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 23-6-2009, Segunda Turma, DJE de 7-8-2009.)

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 10, VII, e art. 11, VI, ambos da Lei nº 9.394/96, o serviço de transporte escolar deve ser ofertado pelos estados e municípios aos alunos matriculados em suas respectivas redes de ensino, ressalvada a possibilidade de o município, através de convênio ou outro instrumento congêner, assumir a responsabilidade do transporte de toda a rede pública de ensino, mediante o repasse, pelo Estado, dos recursos correspondentes;

CONSIDERANDO que em Minas Gerais, reformulando a pactuação sobre transporte escolar, foi criado pelo Estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual nº

21.777/15², o Programa Estadual de Transporte Escolar, delegando aos municípios que a ele aderirem a execução do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, mediante contrapartida financeira do Estado;

CONSIDERANDO que os termos de adesão firmados pelos Municípios com o Estado, na forma do art. 2º, *caput*, da Lei Estadual 21.777/15, **terão vigência de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos**, conforme prescreve o § 1º deste dispositivo;

² Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTEMG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural.

CONSIDERANDO que, na forma da Lei Estadual 21.777/15, art. 2º, §1º, I, para que o Município rescinda o termo, deverá comunicar à Secretaria de Estado de Educação o seu interesse, observando o modelo do Anexo II previsto no Decreto Estadual n. 46.946/16;

CONSIDERANDO que, após referida comunicação, o Estado terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para se organizar e assumir a execução do transporte escolar, conforme exegese do § 2º do art. 2º da Lei Estadual 21.777/15;

CONSIDERANDO que, durante referido prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, o Município assegurará a manutenção do serviço de transporte escolar, como determina o art. 2º, §1º, I da Lei Estadual 21.777/15;

CONSIDERANDO o teor do art. 20 e de seu parágrafo único do Decreto-Lei 4.657/42, impondo, como dever do Administrador Público considerar as consequências práticas de sua decisão;

CONSIDERANDO que o Município, ao manifestar seu interesse em rescindir o termo de adesão, deve sopesar as consequências práticas de sua decisão, explicitando em sua motivação a necessidade e a adequação da medida, conforme art. 20 e parágrafo único do Decreto-Lei 4.657/42;

CONSIDERANDO ser a educação política pública de caráter contínuo e prioritário, deve o Poder Público Municipal considerar as consequências práticas da decisão de rescisão do termo de adesão por meio de um planejamento da transição da execução do transporte escolar para o Estado;

CONSIDERANDO ser esta a razão da Lei Estadual condicionar a rescisão ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias, possibilitando a reestruturação do serviço pelo Estado, ficando assegurado o transporte escolar pelo município até o término do ano letivo, salvo se aquele prazo expirar primeiro;

CONSIDERANDO que, independentemente de qualquer pactuação ou acordo firmado com o Estado, quanto aos alunos da rede estadual de ensino, é de responsabilidade do município fornecer, com recursos próprios, o transporte escolar aos alunos matriculados na rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO que o município de Monte Carmelo/MG aderiu ao Programa Estadual de Transporte Escolar, assumindo a responsabilidade pelo transporte dos alunos da rede estadual de ensino;

CONSIDERANDO que aportaram neste Órgão Ministerial notícias sobre a paralisação do serviço de transporte escolar prestado pelo município de Monte Carmelo/MG, tanto para os alunos da rede estadual de ensino quanto para os alunos da rede municipal de ensino, em virtude da inadimplência estadual;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Conjunta SEE/SEGOV nº 01, de 30 de janeiro de 2019, por meio da qual o Estado declara a essencialidade do repasse aos municípios para garantia do Programa Estadual de Transporte Escolar (PTE-MG), ratificando o calendário de repasses previsto na Resolução Conjunta SEE/SEGOV nº 04, de 18 de abril de 2018;

CONSIDERANDO que há notícias, inclusive, de que a primeira parcela já foi

efetuada aos municípios, inexistindo, neste ano de 2019, inadimplência por parte do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que a paralisação do serviço de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino importa na violação do direito à educação, sendo urgente a necessidade de retomar a execução do serviço;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 208, § 2º da Constituição Federal e art. 54, § 2º do ECA, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou a sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente;

CONSIDERANDO que, na forma do disposto no artigo 4º, parágrafo único, "b", "c" e "d", da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade conferida às crianças e aos adolescentes compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO, por fim, que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, nos termos do disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, resolve **RECOMENDAR** ao Município de Monte Carmelo, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Sr. Saulo Faleiros Cardoso, que:

- assegure a manutenção do serviço de transporte escolar até o término do ano letivo em curso ou até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da comunicação à SEE do interesse de rescindir o termo de adesão;
- promova adequações orçamentárias para viabilização dos recursos necessários à implementação das medidas previstas na presente recomendação, que poderão ser obtidos junto ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, através do remanejamento dos recursos constantes do orçamento em execução, os quais poderão ser realocados de áreas não prioritárias e/ou, se necessário, por intermédio da abertura de créditos orçamentários suplementares ou outro meio legal cabível.

REQUISITA-SE, com fulcro no disposto no artigo 27, § único, IV, da Lei n.º 8.625/93, que, no prazo de 03 dias (em razão da urgência do caso), apresente a esta Promotoria de Justiça resposta por escrito acerca do cumprimento da presente recomendação e, em caso negativo, apresente as razões para tanto, e, no mesmo prazo, promova a divulgação da presente recomendação nos meios de comunicação oficiais da Prefeitura.

REMETA-SE cópia da presente recomendação, para conhecimento, ao Conselho Tutelar e à Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carmelo/MG.

Monte Carmelo/MG, 08 de fevereiro de 2019

Leonardo de Faria Gignon
Promotor de Justiça



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão Presencial SRP nº 12/2019. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 22 de fevereiro de 2019, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 12/2019, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para o Fornecimento de Refeições, para Atender às Necessidades da Casa de Apoio aos Pacientes do Município de Monte Carmelo em Tratamento de Saúde na cidade de Uberlândia-MG, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Para obterem maiores informações os interessados

poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 08 de fevereiro de 2019. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE ATA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO PRESENCIAL SRP – Nº 05/2019, PROCESSO Nº 06/2019. Órgão Gerenciador: Município de Monte Carmelo-MG. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios Destinados aos Alunos da Rede Municipal de Ensino, Creches e Diversos Setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, com Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. **Empresas:** a) Ata RP nº 18/2019: Carlos Andre Damascena 03436517690, CNPJ: 27.870.477/0001-84; Valor: R\$ 26.513,00. b) Ata RP nº 19/2019: Fortpres Alimentos e Distribuidora Ltda – ME, CNPJ: 21.903.544/0001-33; Valor: R\$ 26.880,00. c) Ata RP nº 20/2019: JS Distribuidora Comercial EIRELI ME, CNPJ: 29.566.210/0001-23; Valor: R\$ 38.861,90. d) Ata RP nº 21/2019: LM Comercio Ltda, CNPJ: 05.788.495/0001-89; Valor: R\$ 83.456,40. e) Ata RP nº 22/2019: Prisma Infomoveis e Equipamentos EIRELI EPP, CNPJ: 04.557.755/0002-23; Valor: R\$ 171.769,85. f) Ata RP nº 23/2019: RJ Baiardi Café – ME, CNPJ: 05.724.542/0001-20; Valor: R\$ 55.800,00. g) Ata RP nº 24/2019: Supermercado Monte Um Ltda ME, CNPJ: 14.279.256/0001-94; Valor: R\$ 515.165,60. h) Ata RP nº 25/2019: Tatiana Ramos Soares 04289918662, CNPJ: 17.500.850/0001-51; Valor: R\$ 302.102,40. **Valor Global:** R\$ 1.220.549,15. **Data:** 04/02/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda. **AVISO DE HABILITAÇÃO.** O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 06/2019, modalidade Pregão SRP nº 05/2019 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Carlos Andre Damascena 03436517690; Fortpres Alimentos e Distribuidora Ltda – ME; JS Distribuidora Comercial EIRELI ME; LM Comercio Ltda; Prisma Infomoveis e Equipamentos EIRELI EPP; RJ Baiardi Café – ME; Supermercado Monte Um Ltda ME; Tatiana Ramos Soares 04289918662. **Data:** 31/01/2019. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO:** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 06/2019, modalidade Pregão SRP nº 05/2019 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Carlos Andre Damascena 03436517690; Fortpres Alimentos e Distribuidora Ltda – ME; JS Distribuidora Comercial EIRELI ME; LM Comercio Ltda; Prisma Infomoveis e Equipamentos EIRELI EPP; RJ Baiardi Café – ME; Supermercado Monte Um Ltda ME; Tatiana Ramos Soares 04289918662. **Data:** 04/02/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br